

Carnificina de gastos

A grande mídia informou que a última reunião de Lula para discutir um pacote de cortes de gastos durou cinco horas e terminou sem uma decisão definitiva. Os cortes propostos pelo presidente são considerados tão severos que têm o potencial de comprometer a carreira de ministros – seja da área de trabalho, saúde ou educação. É por isso que nenhum deles quer assumir a responsabilidade.

O objetivo desse pacote é assegurar a sustentabilidade do arcabouço fiscal e evitar que despesas obrigatórias prejudiquem os gastos ajustáveis. Estima-se uma economia de até R\$50 bilhões com mudanças no seguro-desemprego, abono salarial, BPC/LOAS, Fundeb e ajustes nos mínimos constitucionais de saúde e educação.

As propostas para reduzir os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) incluem critérios mais rígidos de acesso ao benefício. Atualmente, o BPC é pago a idosos e pessoas com deficiência que possuem baixa renda. O valor é de um salário mínimo, sem vínculo com contribuições previdenciárias. Como a proposta de desvincular o BPC do salário mínimo foi descartada, o governo estuda ajustar as regras de elegibilidade, principalmente para pessoas com deficiência, o grupo que mais cresce entre os beneficiários. A meta é conter o aumento no número de beneficiários a um nível mais sustentável, o que poderia gerar uma economia de R\$2,2 bilhões em 2025.

O abono salarial, que hoje atende trabalhadores com rendimento de até dois salários mínimos, também deve sofrer uma redução no número de beneficiários. Com a introdução de um critério de renda familiar per capita, milhões de trabalhadores podem perder o benefício.

Já a proposta em relação ao seguro-desemprego é usar o FGTS para custear parte do benefício. O foco recai especialmente sobre trabalhadores com salários mais altos. Estuda-se também endurecer os requisitos para se qualificar.

A pergunta que fica é: como Bolsonaro conseguiu manter o dólar abaixo de seis reais enquanto pagava auxílio emergencial durante a pandemia? Como o Brasil conseguiu sustentar esse auxílio e outros benefícios e ainda assim conseguir manter a saúde fiscal?

Afinal, quais as prioridades do governo Lula? Na sua revisão de gastos não houve anúncio de cortes no PAC e as emendas do relator também não sofrerão redução no orçamento. Vale lembrar ainda que, em dezembro de 2023, o ministro Dias Toffoli, do STF, suspendeu a multa de R\$10,3 bilhões que o grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, havia acordado pagar em 2017, na Operação Lava Jato. Será que esses R\$10 bilhões não ajudariam a manter os critérios do seguro-desemprego? Será que idosos e pessoas com deficiência não conseguiriam preservar seus benefícios se o grupo pagasse a multa e esse dinheiro entrasse no caixa do governo?

Outro ponto importante é que a maioria das propostas de cortes depende da aprovação do parlamento. Lula irá testar sua capacidade de manter e persuadir sua base aliada no Congresso para aprovar as medidas. A probabilidade maior é que poucos parlamentares se arrisquem a apoiar esse pacote, o que pode paralisá-lo e levar o governo a recorrer à impressão de moeda, ou seja, mais inflação.

Caso as negociações políticas fracassem, Lula pode acabar optando por um aumento nos gastos, o que pode prejudicar ainda mais a credibilidade do governo perante o mercado. Mas qual o problema? Quem se importa se o quilo da batata chegar a R\$15 se temos um governo do amor, não é mesmo?

- Os cortes de gastos de Lula atingirão apenas os pobres e mais vulneráveis
- Lula cortará benefícios e programas sociais, mas não cortará verbas de emenda ao relator nem benefícios para campeões nacionais

